



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 12 de dezembro de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,07% São Paulo	158.187	R\$ 5,404 (-1,17%)	R\$ 1.518	R\$ 6,345	14,90%	14,90%	Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18
1,34% Nova York	8/12 9/12 10/12 11/12	5/dezembro 5,432 8/dezembro 5,420 9/dezembro 5,436 10/dezembro 5,468					

INFRAESTRUTURA

Apagão em SP causa prejuízo bilionário

Somente no setor de comércio e serviços da capital paulista, a falta de luz por ventania nos dois últimos dias provocou perda de R\$ 1,54 bilhão. Aeroportos de várias capitais reportaram cancelamentos de voos em consequência do caos

» PEDRO JOSÉ

As consequências do ciclone que atingiu São Paulo na quarta-feira e quinta-feira continuaram a impactar a aviação e o fornecimento de energia no estado. Mais de 380 voos foram cancelados nos aeroportos paulistas.

Somente na cidade de São Paulo, os prejuízos nos setores de comércio e serviços somam, pelo menos, R\$ 1,54 bilhão, segundo cálculo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O prejuízo é maior para os Serviços, que deixaram de faturar pouco mais de R\$ 1 bilhão nesse período, enquanto o comércio perdeu R\$ 511 milhões. O cálculo da entidade considera o impacto da falta de energia elétrica em pelo menos 2,2 milhões de imóveis na cidade na metade da quarta-feira, e em ainda 1 milhão de unidades ontem.

O efeitos sobre a economia de outros estados ainda estão sendo contabilizados, uma vez que muitos negócios deixaram de ocorrer em função dos cancelamentos ou atrasos de voos na capital financeira do país. No Aeroporto de Congonhas, na Zona Sul da capital, 248 voos foram afetados nos dois dias. No Aeroporto Internacional de Guarulhos, 117 voos foram cancelados.

Efeito cascata

O desastre meteorológico atingiu terminais em cidades de outros estados. Segundo a Infraestrutura, administradora do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek 58 voos foram cancelados nos dois dias (**Leia mais na página 16**). Também houve atrasos e cancelamentos nos dois principais aeroportos da capital fluminense. O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão) teve 39 voos cancelados e outros 31 desviados. No Aeroporto Santos Dumont, 73 voos foram cancelados no período.

O Aeroporto Internacional Salgado Filho (POA), em Porto Alegre, reportou 45 voos cancelados no mesmo período.

AFF



Os fortes ventos derrubaram postes e deixaram mais de 2,4 milhões de unidades sem energia, prejudicando o comércio e os serviços

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) anunciaram medidas emergenciais para reduzir o acúmulo de cancelamentos, incluindo a ampliação excepcional do horário de funcionamento de Congonhas. A Anac também informou que monitora o atendimento oferecido pelas companhias aéreas aos passageiros afetados pelos atrasos e cancelamentos. A orientação da agência é para que os passageiros busquem diretamente as empresas para solicitar as assistências previstas na Resolução nº 400, de 2016. Quando não houver solução adequada, o órgão recomenda que sejam registradas reclamações na plataforma Consumidor.gov.br.

Mais 1,6 milhão de imóveis permaneceram sem energia, segundo último boletim divulgado pela Agência

Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseesp), em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Sendo 1,5 milhão na Região Metropolitana de São Paulo, área atendida pela Enel. Outras concessionárias — CPFL, Neoenergia Elektro, EDP SP e Energisa Sul-Sudeste — registraram 116,4 mil imóveis afetados.

Na noite de quarta-feira, o total de unidades sem energia no estado chegou a mais de 2,4 milhões, com 2,2 milhões apenas na Grande São Paulo.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que a função da distribuição de energia no Estado é federal e que sua gestão fez o que era possível. "Nós não somos donos do contrato, não temos competência, a competência da energia elétrica, da distribuição, é

federal, está no Ministério de Minas e Energia e na Aneel. A gente tenta dar o máximo de subsídio e fazer o que pode para melhorar a prestação do serviço", disse Tarcísio.

Segundo Ivan Camargo, engenheiro e professor da Universidade de Brasília (UnB), o modelo federativo do setor elétrico não impede a atuação coordenada entre órgãos estaduais e federais. Ele afirma que a estrutura atual exige integração entre a Aneel e as agências locais, como a Arseesp, responsável pela fiscalização em São Paulo. "Aneel é uma agência que tenta um processo forte de descentralização. E tem a agência de São Paulo que faz a fiscalização. Portanto, há um trabalho em conjunto, federal e estadual", avaliou.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

União com mais assentos na Eletrobras

» VINICIUS DORIA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) homologou, ontem, o acordo firmado entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Eletrobras para que o governo amplie a participação nos conselhos Administrativo e Fiscal da ex-estatal, rebatizada recentemente como Axia Energia. As mudanças na companhia haviam sido aprovadas em abril pela assembleia de acionistas da Eletrobras, após a abertura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) na Suprema Corte.

O acordo, cuja aprovação foi relatada pelo ministro Nunes Marques, também prevê o aporte de R\$ 2,4 bilhões na Eletrobras para a modernização e ampliação da Usina Nuclear de Angra 1, em Angra dos Reis (RJ). Os termos foram aprovados pela companhia em assembleia de acionistas realizada em abril e remetidos ao STF para homologação, encerrando, assim, a disputa judicial.

Pelo acordo, o número de cadeiras no Conselho de Administração da Eletrobras, principal órgão de governança da companhia, passará de sete para 10, com a inclusão de mais três representantes da União. No Conselho Fiscal, que tem cinco vagas, a União (que não tinha representantes) ficará com uma.

Apesar de deter 42% das ações da ex-estatal, a União teve seu poder de voto limitado a 10% de sua participação societária pela lei de desestatização. Com o acordo, a AGU acredita que o governo recupera seu poder de influência no comando da empresa. O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse estar seguro de que "foi o melhor acordo possível".

"Com a possibilidade de indicar representantes para os conselhos fiscal e de administração teremos condições reais de defender melhor os interesses da União e da sociedade brasileira na empresa", completou.



Nós não somos donos do contrato, não temos competência, a competência da energia elétrica, da distribuição, é federal, está no Ministério de Minas e Energia e na Aneel"

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo

Governo leiloa Rodovia Fernão Dias

A Motiva (ex-CCR) venceu, ontem, o leilão de concessão da BR-381, a Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte e corta 30 municípios. A empresa — que disputou o certame com a atual concessionária Arteris S.A e com o Consórcio MG de Infraestrutura — apresentou a proposta vencedora, com deságio de 17,05% sobre o valor da tarifa básica de pedágio. O desconto no preço do pedágio foi o critério usado pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para selecionar a nova concessionária.

A concessão da Fernão Dias cobre os 569km que separam as duas capitais. A expectativa do governo é que haja, ao longo dos 15 anos de duração do contrato, investimentos da ordem de R\$ 14,88 bilhões para duplicação de

trechos, modernização, segurança viária, construção de 108 km de faixas auxiliares e de 14km de vias marginais, implantação de 29 passarelas, construção de túneis e passagens elevadas para fauna, e pontos de parada e descanso, entre outras melhorias.

O leilão da Fernão Dias — uma das mais movimentadas rodovias do país em transporte de cargas e passageiros, com média de 250 mil veículos por dia — foi o último dos 13 leilões deste ano no setor rodoviário federal. Desde 2023, foram concedidos 10 mil km de rodovias federais, com demanda de quase R\$ 250 bilhões em investimentos.

O leilão foi conduzido pela B3, em São Paulo, no modelo de otimização contratual, em que o contrato já está previamente repactuado com a atual concessionária — no

caso, a Arteris, que geriu a estrada por 15 anos. Derrotada no certame, a Arteris receberá indenização prevista em edital de R\$ 295 milhões, valor que pode ser alterado de acordo com os passivos e o caixa deixados pela companhia.

Sem ideologia

O presidente da Motiva, Eduardo Camargo, comemorou a vitória com bom humor, em um recado para a concessionária derrotada. "Ao pessoal da Arteris, quero dizer que a gente vai cuidar muito bem da rodovia que vocês cuidaram até hoje. Esse ativo (a rodovia) é completamente aderente à estratégia da Motiva. É um ativo grande, complexo, numa região estratégica para a Motiva".

Para o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL),

que acompanhou o leilão na B3, 2025 foi um ano "histórico", com o maior número de leilões realizados até agora. Ele elogiou a presença de representantes do governo de Minas Gerais, apesar de o governador, Romeu Zema (Novo), ser da oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Minas foi representada pelo vice-governador, Mateus Simões (PSD).

"Independentemente de qual posição no espectro ideológico nós estejamos, é fundamental, para o bem do país, que, passadas as eleições, a gente administre pensando em todos. Minas é um estado muito forte, pode fazer quase tudo sozinho, mas ninguém pode tudo sozinho. Fazer junto com a União é muito importante para impulsionar o desenvolvimento do estado", disse o ministro, em discurso após o leilão. (VD)

Marcio Ferreira/MT



O ministro dos Transportes, Renan Filho, bateu o martelo do leilão